

ENEI 2025 fortaleza IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL

"Financiamento e Desenvolvimento Brasileiro:
oportunidades e desafios"



Análise da trajetória dos Investimentos Diretos da China no Brasil entre 2017 e 2023: um estudo baseado na compatibilização de bases de dados não oficiais

Alice Sabino Pereira¹;
Kaio Vital da Costa²

Resumo: O objetivo do presente estudo é analisar as principais características da trajetória e evolução do Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês no Brasil entre 2017 e 2023 a partir da compatibilização entre diferentes bases de dados. Essa análise possui um esforço metodológico de compatibilização de bases de dados públicas, visando superar limitações das bases de dados oficiais, como o alto nível de agregação dos dados e distorções geográficas, além de classificar os investimentos de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, o que contribui para o aperfeiçoamento da análise setorial. A partir da análise dos dados obtidos, o trabalho identificou características do IED chinês no Brasil. Primeiro, destacou-se o comportamento oscilatório dos IEDs, com períodos de elevado crescimento seguidos de fortes retrações. Segundo, o valor total obtido de IEDs chineses realizados no Brasil foi de US\$ 31,6 bilhões, montante formado majoritariamente por empreendimentos de elevado valor de grandes corporações chinesas em suas áreas específicas de atuação. Terceiro, notou-se uma elevada concentração nesses investimentos, tanto em relação ao modo de ingresso fusões e aquisições (F&A), quanto no que tange ao setor de destino indústria. Quarto, evidenciou-se o crescimento do setor automotivo e de energias renováveis, especialmente na produção de carros elétricos e componentes de energia limpa, nos últimos anos do período analisado. Quinto, apontou-se para a possibilidade desses IEDs reforçarem a vantagem de *powershoring* do Brasil.

Palavras-chave: investimentos estrangeiros diretos; internacionalização das empresas; empresas multinacionais.

Código JEL: F21, F23

Área Temática: 2.1 Investimento Direto Estrangeiro e internacionalização de empresas

Analysis of the trajectory of Chinese Foreign Direct Investments in Brazil between 2017 and 2023: a study based on the harmonization of unofficial databases

Abstract: The objective of this study is to analyze the main characteristics of the trajectory and evolution of Chinese Foreign Direct Investment (FDI) in Brazil between 2017 and 2023, based on the harmonization of different databases. This analysis involves a methodological effort to harmonize public data sources, aiming to overcome limitations in official databases, such as high levels of data aggregation and

¹ Graduada pelo Instituto de Economia da UFRJ. E-mail: sabinopalice@gmail.com

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ. E-mail: kaio.costa@ie.ufrj.br

geographical distortions, as well as classifying investments according to the National Classification of Economic Activities (CNAE) 2.0, which contributes to improving sectoral analysis. Based on the data analysis, the study identified several characteristics of Chinese FDI in Brazil. First, it highlighted the oscillatory behavior of FDI, with periods of high growth followed by significant downturns. Second, the total value of Chinese FDI in Brazil was US\$ 31.6 billion, mainly composed of high-value ventures from large Chinese corporations in their specific areas of operation. Third, there was a high concentration of these investments, both in terms of the entry mode (mergers and acquisitions) and the targeted sector, particularly the industrial sector. Fourth, the growth of the automotive and renewable energy sectors was evident, especially in the production of electric vehicles and clean energy components, in the later years of the analyzed period. Fifth, the possibility that these FDI's could reinforce Brazil's powershoring advantage was pointed out.

Keywords: foreign direct investments; internationalization of companies; multinational companies.

1 Introdução

O aumento das tensões geopolíticas e a distribuição desigual dos ganhos passados com a globalização contribuíram para aumentar o ceticismo em relação ao multilateralismo e para o crescente apelo de políticas voltadas para dentro. O Brexit, as tensões comerciais entre os EUA e a China e a invasão da Ucrânia pela Rússia representam um desafio para as relações comerciais e podem anunciar uma reversão da integração econômica global. A desaceleração da globalização - chamada de “*slowbalization*” - não é nova e, para a maioria dos países, data do rescaldo da crise financeira global (Antràs, 2020; Baldwin, 2022). O investimento estrangeiro direto (IED) sofreu os impactos negativos daqueles fatores, aliado a uma recuperação muito lenta e desigual da economia mundial. Os países passaram a adotar estratégias como *friend-shoring*, *nearshoring* e/ou *backshoring* na busca por maior resiliência em suas cadeias produtivas, novas parcerias estratégicas, levando a uma reversão ou diminuição do processo de terceirização (*offshoring* e *outsourcing*) da produção. O resultado é uma reconfiguração no padrão de IED ao redor do mundo, com importantes impactos nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

O IED desempenhou um papel crucial no processo de industrialização brasileira, especialmente no período de 1955 a 1980, com um crescimento notável do volume de investimentos. Após um período de instabilidade nas décadas de 1970 e 1980, o fluxo de IED retomou o crescimento nos anos 1990, impulsionado pela abertura econômica e estabilidade do Plano Real. O Brasil se consolidou como um dos principais destinos de IED no mundo, mantendo-se entre os oito maiores receptores entre 2010 e 2020. A distribuição setorial do IED também passou por transformações, inicialmente concentrando-se no setor industrial, para depois se direcionar ao setor de serviços, e posteriormente voltando-se novamente à indústria. Os Estados Unidos se mantiveram como o principal investidor no Brasil, embora com variações ao longo dos anos.

O objetivo geral deste estudo é analisar as principais características da trajetória e evolução do IED realizado pela China no Brasil entre 2017 e 2023, a partir da compatibilização de diferentes bases de dados. O estudo busca identificar como esses investimentos se comportaram em um período de mudanças significativas no cenário econômico e político do Brasil, da China e do mundo. A fim de observar esse fenômeno de forma mais detalhada do que as bases de dados oficiais dos governos chinês e brasileiro permitem, este estudo optou pela criação de um banco de dados oriundo da compatibilização de bases não oficiais. O esforço metodológico de desenvolver um banco de dados para observar a evolução do IED Chinês no Brasil é uma das principais contribuições deste estudo, dado seu foco em proporcionar uma base para a análise da dinâmica dos investimentos menos limitada do que as disponibilizadas oficialmente.

A partir da base desenvolvida, duas perguntas guiam o presente artigo: quais foram os principais setores que atraíram investimentos chineses no Brasil entre 2017 e 2023? Como a pandemia de Covid-19 (2020-2021) redefiniu o perfil dos investimentos chineses no Brasil, acelerando a transição de megaprojetos em infraestrutura (ex.: portos, ferrovias) para setores de tecnologia verde? Estas questões buscam entender as características dos investimentos chineses no contexto brasileiro recente, enfatizando as recentes disputas geopolíticas com os EUA e os investimentos em setores críticos para a transição e segurança energética do país.

A metodologia empregada nesta análise se baseia na compatibilização de dados de diferentes fontes, buscando superar as limitações das bases de dados oficiais. A análise dos IEDs chineses no Brasil de 2017 a 2023 foi feita utilizando a metodologia da base GIC-IE/UFRJ, que é composta por dados do IED chinês direcionado ao Brasil entre 2010 e 2016. As bases de dados oficiais, como as do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) e do Banco Central do Brasil (BCB), são consideradas insuficientes para análises detalhadas, devido à falta de precisão e ao alto nível de agregação dos dados. As bases alternativas, como a CGIT (*China Global Investment Tracker*) e a Red ALC (*Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China*), oferecem dados mais desagregados e precisos, permitindo uma mensuração mais abrangente do IED chinês.

A compatibilização dos dados foi realizada em quatro etapas. Primeiramente, as transações da CGIT foram unidas às da Red ALC, eliminando as interseções e priorizando as informações da Red ALC, que é mais completa. Em seguida, foram adicionadas informações como o modo de ingresso do capital (novo, fusão e aquisição, joint venture), a nacionalidade do parceiro de transação e o estado de destino do

investimento. Posteriormente, os investimentos foram classificados setorialmente de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), o que permite análises mais precisas. A compatibilização das bases alternativas permite uma mensuração mais abrangente do IED chinês, superando as limitações das bases oficiais. O período de análise (2017 a 2023) foi escolhido para captar os efeitos de mudanças estruturais e conjunturais significativas que ocorreram em ambos os países.

É importante ressaltar que a base de dados compatibilizada, mesmo sendo superior às bases primárias individuais, apresenta limitações. A falta de acesso a todas as bases de dados relevantes e a possibilidade de superestimar ou subestimar os valores dos investimentos são algumas dessas limitações. Os investimentos anunciados podem ser realizados ao longo de vários anos, e o valor inicial anunciado pode diferir do valor final efetivamente investido. Além disso, algumas transações, como empréstimos, podem ser erroneamente consideradas IED, e investimentos atribuídos à China podem ser realizados por empresas de outras nacionalidades. Essas limitações metodológicas devem ser consideradas na interpretação dos dados e nas conclusões do estudo. Apesar das limitações, a metodologia utilizada e a base de dados compatibilizada proporcionam uma análise mais precisa e detalhada dos fluxos de IED chinês no Brasil no período analisado.

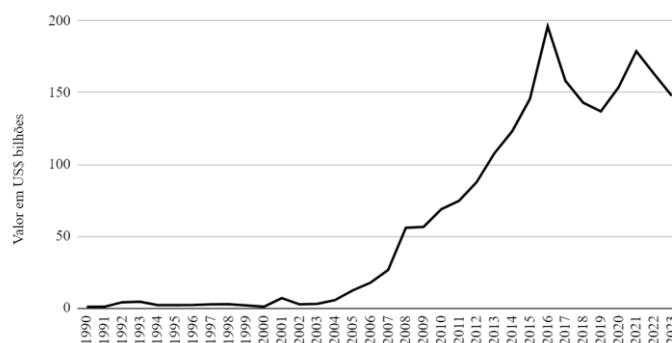
O artigo está estruturado em 3 seções, além desta introdução e das conclusões. Na primeira seção, realizamos uma breve revisão da literatura empírica sobre a estratégia de investimento estrangeiro direto da China no contexto mundial e sobre o padrão dos investimentos estrangeiros diretos recebidos no Brasil no período recente (2017-2023). Na segunda seção, apresentamos as bases de dados e a metodologia utilizada para compatibilizar essas diferentes bases. Na terceira seção, apresentamos os principais resultados da trajetória e evolução dos IED chineses no Brasil, apontando as suas recentes mudanças na direção de investimentos nos setores de energia e minérios. Além disso, uma seção de debates recentes também compõe a seção três, abrangendo temas como a intensificação da competição geopolítica entre China e Estados Unidos (EUA), as mudanças nas políticas comerciais europeias e os esforços por descarbonização da China. A última seção apresenta as principais conclusões do estudo.

2 Fatos estilizados do padrão de Investimento Estrangeiro Direto chinês

2.1 Estratégia de investimento estrangeiro direto da China no mundo

A internacionalização produtiva da China teve início na década de 1990, com a expansão do IED chinês realizado no mundo. Todavia, a estratégia, nomeada “*Going Global*”, foi oficialmente apresentada apenas em 2002, durante o 16º Congresso do Partido Comunista, sendo integrada ao 10º Plano Quinquenal (2001-2005). Além disso, houve a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em novembro de 2001, uma importante decisão política do governo chinês para inserir o país na arena do comércio mundial, promovendo uma política mais ativa de investimento no exterior. Também cabe ressaltar que até 2003 a realização de IED era restrita às empresas estatais, e que foi apenas a partir desse ano que as empresas privadas foram oficialmente autorizadas a realizar projetos de investimento no exterior e o incentivo reforçado no 11º plano quinquenal chinês (Buckley; Clegg; et al, 2008). No Gráfico 1, são apresentados os fluxos de IED de origem chinesa, entre 1990 e 2023, em bilhões de dólares correntes. Nele, é possível observar que esses fluxos seguem uma trajetória ascendente, com um crescimento relevante em 2001, que aumentou de forma consistente a partir de 2004, refletindo a intensificação das políticas de internacionalização da produção das empresas chinesas.

Gráfico 1 - IED realizado pela China (1990 e 2023), em bilhões de dólares correntes



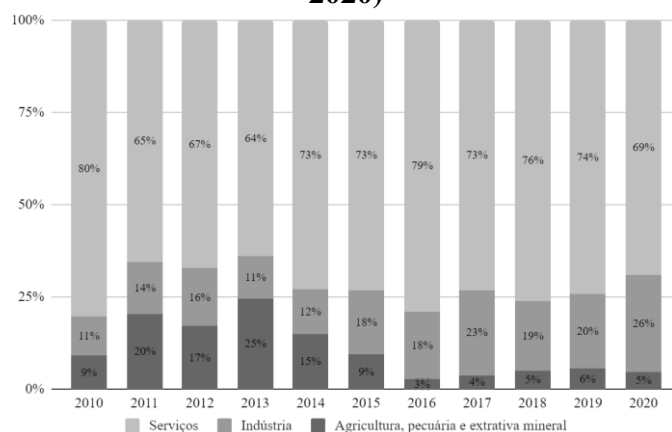
Fonte: Elaboração própria com dados do Data Center da UNCTAD.

O expressivo crescimento do IED da China desde a década de 2000 consolidou a posição do país como uma potência emergente no cenário global de investimentos. A UNCTAD (2005) reconheceu esse potencial ao afirmar que, depois dos Estados Unidos, seria provável que o Reino Unido, a Alemanha e a China se tornassem as fontes mais importantes de fluxos globais de IED até 2008. O potencial observado nos anos 2005-2006 foi verificado: o IED chinês aumentou quase 6 vezes de 2005 (US\$ 12 bilhões) para 2010 (US\$ 68 bilhões), ano em que a China se tornou a 5ª nação com maior envio de IED ao exterior, de acordo com a UNCTAD (2005). Essa tendência de crescimento se acentuou a partir de 2010, com fluxos de investimento anual médio de US\$ 122 bilhões no período de 2011 a 2016.

A expansão observada desde a década de 2000 não ocorre apenas em volume de investimento realizado, mas também com mudanças geográficas e setoriais. A partir desse ano, a China ampliou suas fronteiras de investimento dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, incluindo, além da Ásia, a América Latina. A Ásia continuou como a principal receptora, mas a América Latina se tornou a segunda região que mais recebeu IED chinês ao longo da década, indicando um interesse estratégico do país na região.

No que tange à distribuição setorial, apesar do investimento em recursos naturais ter se mantido relevante, investimentos em serviços se tornaram os mais relevantes. Conforme ilustrado no Gráfico 2, em 2010, 80% do IED chinês foi direcionado para o setor de serviços, com a indústria representando 11% e o setor da agricultura, pecuária e extrativa mineral correspondendo a 9%. Ao longo da década, o setor de serviços continuou se destacando, mas, assim como o setor da agricultura, pecuária e extrativa mineral, perdeu participação para o setor industrial.

Gráfico 2 - Distribuição percentual do IED chinês por atividade econômica principal (2010 - 2020)

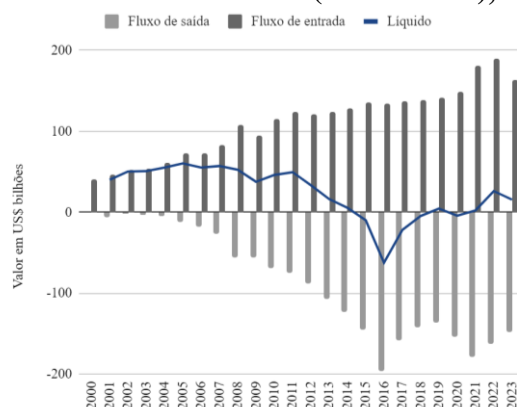


Fonte: Elaboração própria com base em dados do MOFCOM.

Essa mudança na estratégia de IED também pode ser visualizada com base nos fluxos de entrada e saída de IED chinês a partir do Gráfico 3. Depois de longos anos figurando como uma grande nação receptora de IED, a China implementou, entre 2010 e 2016, políticas que impulsionaram o crescimento do IED “para fora”. Desde 2016 esses fluxos têm se mantido estáveis, refletindo como a atuação externa da

China muda de acordo com sua estratégia nacional de desenvolvimento (energético, produtivo, tecnológico e financeiro) (Garcia, 2020).

Gráfico 3 - Fluxos de entrada e saída de IED chinês (2000 - 2023), em bilhões de dólares correntes



Fonte: Elaboração própria com dados do Data Center da UNCTAD.

O movimento no padrão do IED chinês a partir de 2016 está associado à estratégia anunciada pelo governo em 2015 no 13º Plano Quinquenal Chinês (2016-2020), que estabeleceu as diretrizes para a transição de um crescimento econômico rápido (com taxa média de 9,6% entre 2000 e 2015) para um crescimento de maior qualidade (com crescimento médio de 6,6% ao ano entre 2016 e 2019). Nesse contexto, o governo chinês passou a priorizar o investimento em setores de alta tecnologia e energias renováveis. Li *et al.* (2018) estimaram que entre 2000 e 2017 as empresas chinesas investiram aproximadamente US\$ 115 bilhões em 462 usinas elétricas no exterior, com a maior parte desse montante realizado nos últimos 4 anos do período (2014-2017) e direcionado principalmente a países em desenvolvimento, particularmente na Ásia e na América Latina.

Portanto, desde o início dos anos 2000, o IED da China passou por importantes inflexões em termos de cobertura geográfica e setorial, refletindo as mudanças nas estratégias de desenvolvimento econômico do país. Inicialmente concentrado em poucos países e voltado para a aquisição de recursos e aprendizado tecnológico, o IED chinês passou a buscar novos mercados e diversificação setorial e geográfica a partir de 2000. No início dessa década, o incentivo governamental formalizado no plano "*going global*" impulsionou os fluxos de IED, consolidando a China como um dos maiores investidores globais. Recentemente, a estratégia chinesa tem se ajustado a uma nova fase, alinhada ao foco em um desenvolvimento econômico de maior qualidade e sustentabilidade.

2.2 Padrão de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil

O IED desempenhou um papel crucial no processo de industrialização pesada da economia brasileira (1955 - 1980), mas, ao final da década de 1970, os fluxos de IED direcionados ao Brasil sofreram o impacto negativo dos sucessivos choques do petróleo e das subsequentes crises econômicas globais (Curado; Cruz, 2008). Com a crise internacional e os consequentes desequilíbrios macroeconômicos internos, houve a inibição da entrada de novos investidores, assim como da expansão daqueles já instalados. Nesse contexto, a década de 1980 foi caracterizada pelo baixo crescimento dos fluxos de IED. Esses fluxos voltam a ser incrementados na década de 1990, coincidindo com a intensificação dos fluxos internacionais de comércio, capitais e novas tecnologias e com o processo de abertura econômica do Brasil, que seguiu a tendência mundial de liberalização cambial e desregulamentação financeira (Kupfer, 2003). Internamente, a estabilidade econômica alcançada com a implantação do Plano Real em 1994, a onda de privatizações, os diversos acordos bilaterais de investimento firmados e as emendas constitucionais de 1995 também contribuíram com a renovação dos fluxos de IED para o Brasil. Sendo assim, de 1991 a 2000, o Brasil recebeu US\$ 131 bilhões de investimentos estrangeiros, valor que representa cerca de 80% do IED destinado à América Latina na década (Carneiro, 2002).

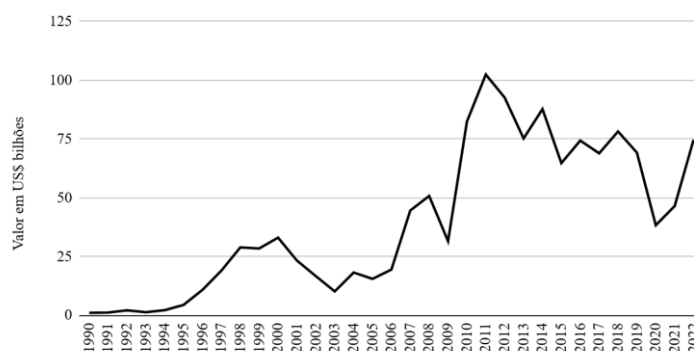
Na década de 2010 o Brasil se consolidou como um dos maiores receptores de investimento do mundo. Segundo os relatórios anuais "*World Investment Report*" da UNCTAD, o país se manteve entre os 8 maiores receptores de IED em todos os anos de 2010 a 2020, acumulando US\$ 751,5 bilhões no período.

Todavia, o Gráfico 4, que apresenta os valores de IED que ingressaram no Brasil entre 1990 e 2023, mostra que, apesar do nível de investimentos no Brasil ter se mantido alto, ele foi, no geral, decrescente. A partir de 2014, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica e política, que possivelmente afetou a confiança dos investidores estrangeiros. No entanto, a queda nos fluxos de IED já havia começado antes do auge da crise, acompanhando o processo de desaceleração da atividade econômica mundial. Esse processo de desaceleração, muitas vezes denominado “*slowbalization*”, não é recente e, para a maioria dos países, remonta às consequências da crise financeira global de 2008 (Hoekman, 2015). Em 2015, a recessão econômica, combinada com escândalos de corrupção e instabilidade política, resultou em uma queda de 26% no recebimento de fluxos de IED no ano.

Com a chegada da pandemia da Covid-19 em 2020, a entrada de IED na América Latina e no Caribe foi de US\$ 105 bilhões, 34,7% menor do que o volume recebido no ano anterior, devido à crise causada pela pandemia da Covid-19. Como ocorreu nos outros anos, o fluxo de entrada de IED no Brasil seguiu o comportamento da América Latina, apresentando uma redução de 35,4% em relação a 2019. Com isso, o país recebeu US\$ 44,66 bilhões em IED. No entanto, continuou sendo o país com maior entrada de investimento estrangeiro na região (CEPAL, 2021).

Os dois anos seguintes ao início da pandemia foram de recuperação gradual - o IED aumentou 21% em 2021 e 60% em 2022. Em 2023, contudo, o Brasil registrou uma queda de 14% nas entradas de IED em comparação com o ano anterior, totalizando 64,23 bilhões de dólares. Esse declínio reflete a crescente incerteza global, que tem levado os investidores a adotarem uma postura mais cautelosa em relação aos investimentos de longo prazo. Contudo, o reinvestimento de lucros pelas empresas já estabelecidas no país aumentou 14% no mesmo período, sinalizando uma confiança contínua no potencial econômico do Brasil. Apesar da queda nas entradas, o Brasil se manteve como o quinto maior receptor de IED no mundo em 2023, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Singapura e Hong Kong (China), segundo a UNCTAD (2024).

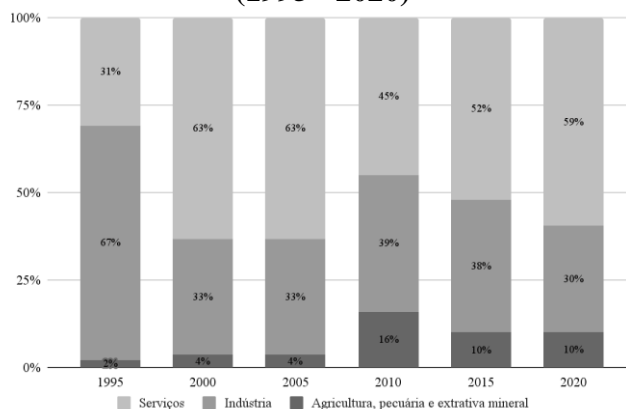
Gráfico 4 - IED recebido pelo Brasil (1990 - 2023), em bilhões de dólares de correntes



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil.

Assim como o volume de IED mudou significativamente ao longo dos anos, sua concentração em setores específicos da economia brasileira também passou por transformações, conforme mostra o Gráfico 5, referente ao percentual do IED por atividade econômica principal entre 1995 e 2020. Até meados da década de 1995, os IEDs concentraram-se especialmente no setor industrial, refletindo o fato de que a indústria era o principal motor de crescimento econômico global e nacional. No período posterior a 1996, o setor de serviços passou a ser o maior receptor de investimentos estrangeiros diretos, em linha com o processo de privatizações brasileiras, particularmente nos setores de telecomunicações e geração e distribuição de energia elétrica. Com o esgotamento do processo de privatização, o IED voltou-se novamente em direção à indústria no decorrer dos anos 2000, o que elevou a participação da indústria para 39% do ingresso total em 2010, em especial nas indústrias de alimentos e bebidas, automobilística, química, metalúrgica e de máquinas e equipamentos. No que tange a origem do IED no Brasil, os Estados Unidos mantiveram-se como o principal investidor no Brasil durante todo o período analisado, seguido de países Europeus como Espanha e Inglaterra.

Gráfico 5 - Distribuição percentual do IED recebido pelo Brasil por atividade econômica principal (1995 - 2020)



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil.

Ao longo das décadas, o IED no Brasil passou por transformações significativas, refletindo as mudanças no cenário econômico e político tanto interno quanto externo. Desde o seu papel secundário durante a industrialização restringida até sua importância crucial no período de industrialização pesada, o IED teve participação considerável no desenvolvimento da economia brasileira (Cano, 1998). Nos anos 1990 e 2000, com a abertura econômica e as privatizações, o IED se diversificou setorialmente. Já na década de 2010, o Brasil se consolidou como um dos principais destinos globais de IED, beneficiando-se do boom das commodities e das políticas econômicas de atração de IED, apesar das adversidades políticas e econômicas encontradas a partir de 2014. Com a pandemia da Covid-19, o país enfrentou um declínio na entrada de IED, seguida de recuperação gradual.

3 Metodologia e base de dados

Os dados utilizados na análise dos Investimentos Estrangeiros Diretos realizados pela China no Brasil de 2017 a 2023 são o produto obtido de uma compatibilização parcial³ com base na metodologia da base GIC-IE/UFRJ, que é composta por dados do IED chinês direcionado ao Brasil entre 2010 e 2016. A metodologia da base mencionada foi elaborada por Kupfer e Freitas, no capítulo 6 do livro “*Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil*”, intitulado “Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional ou Busca de Oportunidades” (Kupfer; Freitas, 2018). A construção da base foi pautada na compatibilização de múltiplas fontes de dados e, posteriormente, aprimorada com uma classificação mais precisa e desagregada dos investimentos com base no CNAE 2.0.

Todavia, antes de adentrar nas especificações da construção da base de dados adotada, é fundamental apontar algumas qualificações às bases de dados oficiais. Kupfer e Freitas (2018) argumentam que as oficiais não oferecem a precisão necessária para a realização de análises detalhadas. Essa visão é compartilhada por outros estudiosos de instituições focadas no relacionamento sino-brasileiro. Por exemplo, Cariello (2022) argumenta sobre a insuficiência da exatidão dos dados disponibilizados pelos órgãos oficiais para um monitoramento minucioso do IED chinês no Brasil.

Por um lado, acompanhar os investimentos diretos chineses em outros países com base nos dados do MOFCOM é desafiador porque esse órgão registra apenas o destino inicial do capital, sem levar em consideração o destino final do investimento. Dessa forma, práticas como o *trans-shipping*, onde empresas utilizam países com impostos relativamente mais baixos como intermediários dos fluxos de IED entre a China e o mundo, e *round-tripping*, em que o capital é enviado para o exterior para retornar ao país como IED e se beneficiar de termos preferenciais para investidores estrangeiros, resultam em uma distorção substancial da distribuição geográfica e na superestimação dos valores do IED. Além disso, os dados do

³A compatibilização feita neste trabalho está sendo chamada de parcial porque envolve apenas duas bases, CGIT e RedALC, e não quatro, como foi formada a Base GIC-IE/UFRJ. Isso se dá porque apenas CGIT e RedALC são bases de livre acesso, enquanto CEBC e FDI Markets, duas outras bases utilizadas na Base GIC-IE/UFRJ, são privados.

MOFCOM são desagregados apenas por país ou setor de destino, impossibilitando uma análise detalhada para um determinado país.

Pelo lado do Brasil, os dados oficiais de IED são publicados pelo BCB. Apesar do aprimoramento da metodologia de registro desses dados, com a identificação dos investidores imediatos e dos controladores finais a partir de 2011 (BCB, 2018), o que supera o problema de estimação das operações triangulares, ainda não é possível estudar detalhadamente os investimentos diretos chineses no Brasil com os dados do BCB. Isso ainda ocorre porque os dados possuem um nível de agregação muito alto, isto é, não têm informações relevantes como as empresas investidoras, os subsetores do investimento e o modo de ingresso do capital.

Como os dados disponibilizados pelos governos são insuficientes em fornecer um panorama adequado sobre o investimento direto chinês no Brasil, e os dados da UNCTAD são semelhantes aos dados governamentais, torna-se necessário utilizar fontes de dados adicionais não-oficiais. Isso permitirá mensurar com mais precisão e rigor analítico o fluxo de IED chinês no Brasil. Essas fontes alternativas são formadas com base em metodologias que permitem uma mensuração mais abrangente do IED realizado por empresas chinesas em países terceiros. Frequentemente, utilizam-se do monitoramento sistemático de mídias especializadas, além de entrevistas com empresas, órgãos governamentais, associações empresariais, embaixadas, entre outros agentes relevantes. Também se valem de outras fontes secundárias, como registros financeiros de empresas e documentos públicos. Como resultado, são disponibilizados dados desagregados, incluindo informações detalhadas como o setor e o país de destino final do investimento. A Tabela 1 fornece detalhes sobre o período e o nível de desagregação das fontes de dados selecionadas sobre o IED chinês no Brasil e no mundo.

Tabela 1 - Bases de dados sobre IED chinês no Brasil

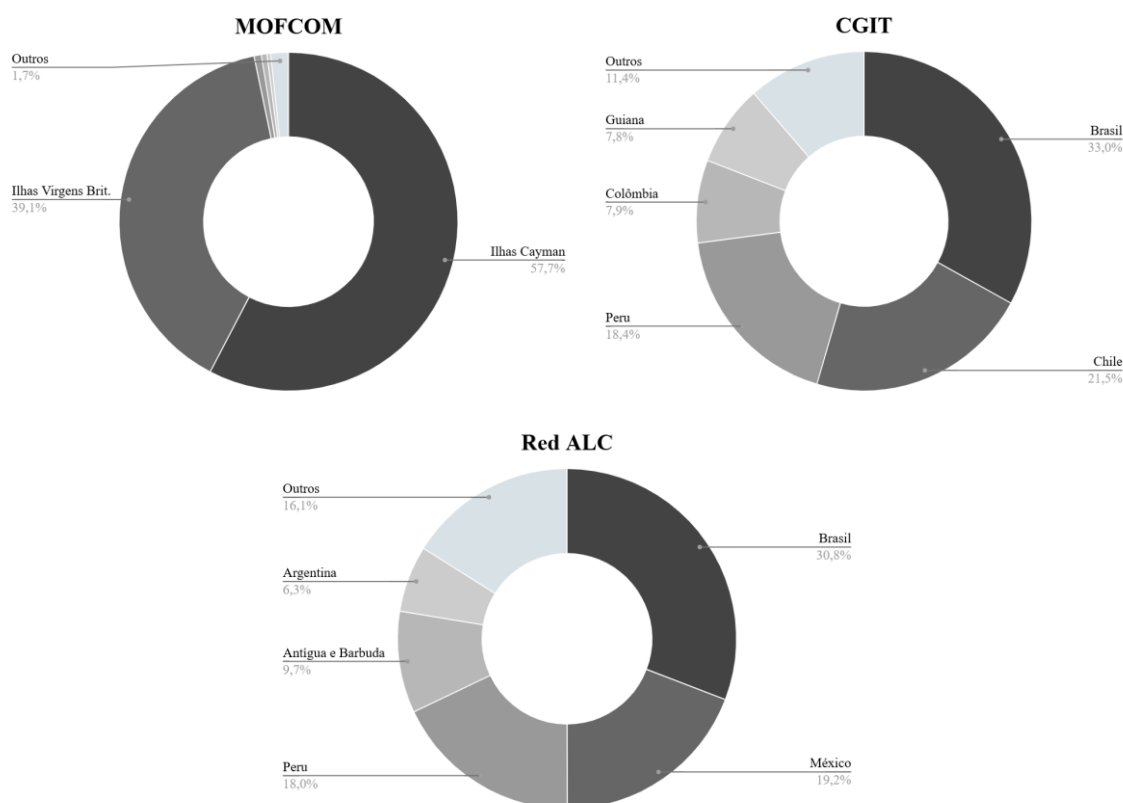
Nome da base	Período	Nível de desagregação	Acesso
BCB	2010 - 2022	Mostra o valor dos IEDs da China no mundo por país e setor	https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid/RelatorioID2022
CEBC	2017 - 2023	Mostra os IEDs da China na América Latina e no Caribe por transação	https://www.cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/
CGIT	2005 - 2024	Mostra os IEDs da China na América Latina e no Caribe por transação	https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/
MOFCOM (NBS)	2007 - 2021	Mostra o valor dos IEDs da China no mundo por região ou setor	https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01
MOFCOM, NBS e SAFE ⁴	2004 - 2021	Mostra o valor dos IEDs da China nos países da América Latina	https://redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/brasil/
Red ALC	2003 - 2023	Mostra os IEDs da China na América Latina e no Caribe por transação	https://redalc-china.org/monitor/historico-de-ejemplares-del-monitor/

Fonte: Elaboração própria.

O impacto da utilização de diferentes metodologias pode ser notado na comparação entre o acumulado de IED chinês nos países latino-americanos contabilizado pela base oficial do MOFCOM *versus* o montante apurado pelas fontes alternativas *Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China* (Red ALC) e *China Global Investment Tracker* (CGIT). Como mostra o Gráfico 6, o IED chinês entre 2017 e 2021, segundo informações do próprio governo chinês foi majoritariamente destinado às Ilhas Virgens e às Ilhas Cayman, enquanto os dados das fontes alternativas mostram países não considerados paraísos fiscais como os mais importantes, com destaque para Brasil, México, Chile e Peru.

⁴Os dados do MOFCOM, NBSCH e SAFE foram compilados pela RedALC. Acesso no link: <<https://redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/brasil/>>.

Gráfico 6 - Percentual do IED chinês acumulado (2017 e 2021) nos cinco principais países da América Latina e Caribe, segundo MOFCOM, CGIT e Red ALC



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Red ALC *apud* MOFCOM, CGIT e Red ALC.

O Gráfico 6 acima mostra como os dados disponibilizados por fontes alternativas constituem uma melhor aproximação, em comparação com as fontes oficiais, para mensurar o volume e as características reais do IED chinês no Brasil. Sendo assim, os dados utilizados neste trabalho foram obtidos por meio da compatibilização de algumas dessas bases alternativas. Os procedimentos metodológicos adotados na compatibilização foram realizados em quatro etapas.

Primeiro, as bases de dados CGIT e Red ALC foram escolhidas para a compatibilização. O motivo da escolha deve-se ao fato de que essas são as únicas bases públicas dentre as acessadas que são desagregadas ao nível de transações. Ademais, o período adotado como referência foi o de 2017 a 2023, porque o período captura os efeitos de mudanças estruturais e conjunturais significativas que ocorreram em ambos os países e tiveram impacto sobre a distribuição dos investimentos chineses no Brasil.

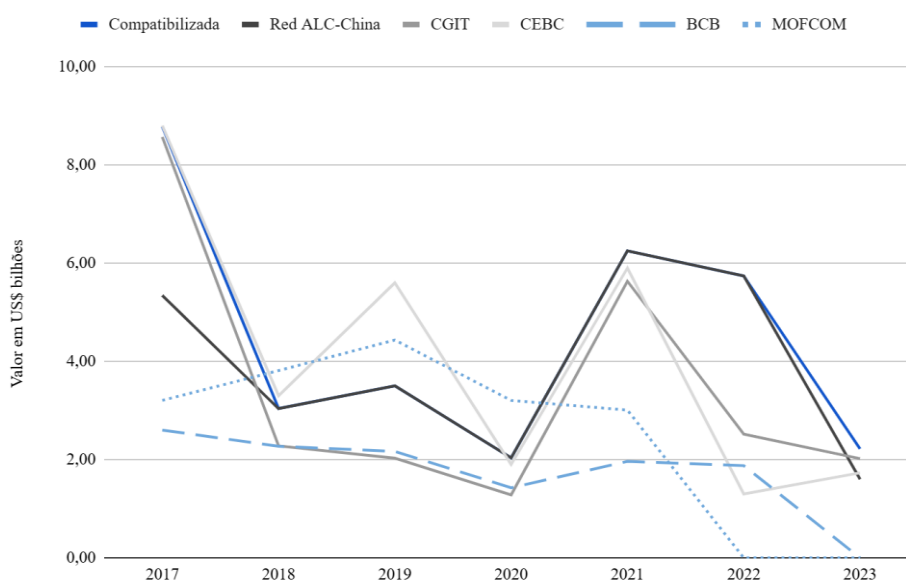
Segundo, as transações computadas pela CGIT foram unidas à Red ALC, considerando a eliminação das interseções. Escolheu-se utilizar como referência a Red ALC, porque essa base possui mais informações do que a CGIT, como nome e cidade do parceiro de transação, e considera apenas os investimentos realizados, enquanto a CGIT não distingue investimentos anunciados dos investimentos realizados, além de computar apenas transações acima de US\$ 100 milhões. Sendo assim, enquanto CGIT e Red ALC registraram, respectivamente, 33 e 71 investimentos diretos chineses no Brasil no período de 2017 a 2023, a união dessas fontes resultou na identificação de 73 transações distintas e efetivamente realizadas. Em relação ao valor total, as bases CGIT e Red ALC registraram, individualmente, US\$ 24,3 bilhões e US\$ 27,5 bilhões, respectivamente, e o montante decorrente da união foi de US\$ 31,6 bilhões.

No terceiro passo, foram atribuídas informações aos investimentos realizados. Acrescentou-se o modo de ingresso do capital chinês: “novo”, em casos de expansão orgânica; fusão e aquisição (“F&A”), em casos de formação de uma nova entidade a partir da junção de duas empresas diferentes ou de absorção de uma empresa por outra; e joint venture (“JV”), em casos de aliança entre empresas. Outras informações adicionadas foram a nacionalidade do parceiro de transação e o estado de destino do investimento. Além disso, a base criada mantém informações presentes nas bases originais, como o nome da empresa investidora e do parceiro de transação.

No quarto passo, catalogaram-se os investimentos na classificação setorial CNAE 2.0, sendo o setor de destino considerado como o setor ao qual o investimento se dirige, independentemente da área de atuação da empresa chinesa. A adição dessa categorização é de alta relevância, porque a ausência de uma classificação setorial específica pode gerar equívocos. Por exemplo, a base Red ALC apenas copia os nomes das classificações das bases primárias de onde suas informações foram retiradas, o que gera classificações não padronizadas, como “metals”, “mining” e “metals and mining”. A classificação CNAE 2.0 ultrapassa esses problemas.

O Gráfico 7 mostra os valores anuais dos IEDs apurados pela base de dados compatibilizada, pelas bases alternativas e pelas bases oficiais. Observa-se que os valores apurados variam entre as diferentes bases de dados, o que evidencia as diferenças metodológicas e nas formas de coleta e classificação dos investimentos. A base compatibilizada apresenta valores que, na maioria dos anos, situam-se próximos dos dados da Red ALC, do CGIT e do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC).

Gráfico 7 - Valor anual do IED chinês direcionado ao Brasil apurado por base de dados (2017 - 2023), em bilhões de dólares



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Red ALC, CGIT, CEBC, BCB e Red ALC apud MOFCOM. Observação: Apenas investimentos confirmados do CEBC.

Evidencia-se, portanto, que a base obtida com a união das fontes alternativas e com a adição de importantes informações possui menos deficiências nos dados do que as bases individuais, porque fornece dados desagregados por transação para todo o período estudado, abrange mais investimentos e classifica os investimentos de acordo com o CNAE 2.0.

Todavia, a base gerada ainda possui limitações. A principal delas é a barreira de acesso existente em algumas bases que computam transações de IED da China. Duas das quatro bases utilizadas por Kupfer e Freitas (2018) na criação da base GIC-IE/UFRJ são privados: fDI Markets, que exige um pagamento para acessá-la, e CEBC, que divulga apenas informações consolidadas, sem abertura por transação, nos relatórios anuais de investimentos chineses no Brasil. Acredita-se que a compatibilização realizada com mais bases conferiria mais exatidão para a base formulada, mas a falta de acesso à informação apresenta-se como uma limitação à ampliação da compatibilização dos dados.

Outra limitação importante da construção da base de dados sobre investimentos estrangeiros diretos no Brasil é a possibilidade de superestimar ou subestimar os valores anuais dos investimentos. Isso ocorre porque os investimentos anunciados em um determinado ano podem ser realizados ao longo de vários anos posteriores, especialmente em setores que requerem investimentos de longo prazo, o que pode não refletir com precisão o momento em que os recursos são efetivamente desembolsados. Superar essa limitação é uma tarefa complexa, dado que não se tem acesso a informações detalhadas sobre o cronograma de desembolso dos investimentos das empresas chinesas.

Além disso, em investimentos do tipo *greenfield* (“novo”), outra limitação se apresenta: o valor anunciado inicialmente para a realização do projeto pode diferir significativamente do valor final efetivamente investido. Isso ocorre porque, ao longo da execução, custos inesperados podem surgir e o escopo do projeto pode ser alterado. A diferença entre o montante que foi inicialmente previsto e o que foi de fato concretizado pode não ser anunciada pela empresa chinesa. Então, o investimento contabilizado pode não corresponder à realidade do investimento realizado.

Existem também valores que podem ser equivocadamente considerados investimentos estrangeiros diretos da China no Brasil. Segundo a 6ª edição do Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o IED é “uma categoria de investimento transfronteiriço associado a um residente em uma economia que tem controle ou um grau significativo de influência na gestão de uma empresa que é residente em outra economia” (FMI, 2009, p. 100). Assim, certas transações, como empréstimos, não se qualificam como IED e podem gerar distorções nos dados caso sejam incluídas. Além disso, é possível que investimentos atribuídos à China sejam, na verdade, realizados por empresas de outras nacionalidades. Ademais, parte do IED chinês pode representar investimentos globais, destinados a múltiplos países além do Brasil, e não exclusivamente ao mercado brasileiro. Em certos casos, ainda que haja transferência de ativos brasileiros para empresas chinesas, esses investimentos podem não ser especificamente voltados ao Brasil, mas sim a uma estratégia internacional mais ampla.

Outro aspecto a ser destacado é que pode haver investimentos computados pela CGIT que foram efetivamente realizados, mas não foram adicionados à base compatibilizada. Essa incerteza é decorrente da escassez de informações atualizadas e da ausência de mecanismos de acompanhamento que permitam uma avaliação precisa do progresso dos investimentos. As informações sobre IED, frequentemente, envolvem incertezas quanto aos valores efetivamente investidos, aos prazos de desembolso e às alterações nos projetos ao longo do tempo, tornando a tarefa de mensuração uma atividade desafiadora. Sendo assim, essas limitações metodológicas devem ser consideradas na interpretação dos dados sobre investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

4 Análise dos resultados

4.1 Análise agregada do IED chinês no Brasil

De acordo com os dados apurados pela versão compatibilizada da base, entre 2017 e 2023, 73 projetos do tipo IED foram confirmados no Brasil, somando um montante de US\$ 31,6 bilhões. Apesar desses números serem altos, representando aproximadamente 34% de todo o IED chinês destinado à América Latina no período, existe um alto nível de concentração desses investimentos. Essa concentração será analisada com base no método de ingresso, nos setores econômicos e nas empresas investidoras envolvidas.

No que tange à forma de entrada no país, conforme mostra a Tabela 2, de todo o IED realizado no Brasil entre 2017 e 2023, 74% decorreram de fusões e aquisições (F&A), 17% de novos projetos e 9% de joint ventures. Adicionando a dimensão de quantidade à essa análise, a média de valor das transações F&A foi de US\$ 603 milhões, aproximadamente 2 e 3 vezes maior que as médias de valor das transações JV e *greenfield*, que foram de US\$ 316 milhões e US\$ 209 milhões, respectivamente. O fato de os investimentos serem majoritariamente do tipo F&A indica que o IED chinês tem um menor impacto sobre instalações de novas operações produtivas, porque essas transações têm foco em eficiência, integração de operações e busca de ativos estratégicos.

Tabela 2 - Transações de IED chinês direcionadas ao Brasil por tipo de transação

Tipo	Quantidade	% Quantidade	Valor (US\$ milhões)	% Valor	Média
Novo	25	34%	5.221,70	17%	209
JV	9	12%	2.845,40	9%	316
F&A	39	53%	23.499,50	74%	603

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da base compatibilizada.

Analisando a distribuição percentual de projetos por faixa de valor, conforme mostra a Tabela 3, observa-se que um número significativo de investimentos corresponde a transações de menor porte (52% até US\$ 100 milhões e 19% até US\$ 500 milhões). Embora a quantidade de transações de baixo valor seja predominante, 9 grandes investimentos (acima de US\$ 1 bilhão) representam a parcela de 63% do capital total movimentado, indicando o interesse da China em setores brasileiros que demandam maiores aportes financeiros, como o de energia e extração de petróleo e gás natural. Esses são setores intensivos em capital, com elevados custos fixos. Dessa forma, o valor total investido pela China no Brasil corresponde a um número pequeno de investimentos de alto valor.

Tabela 3 - Transações de IED chinês direcionadas ao Brasil por faixa de valor (2017 - 2023)

Faixa	Quantidade	%	Valor (US\$ milhões)	%
N/A ⁵	2	3%	0,00	0%
Até US\$ 100 milhões	38	52%	1.094,80	3%
De US\$ 100 a US\$ 500 milhões	14	19%	2.982,10	9%
De US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão	10	14%	7.499,70	24%
Acima de US\$ 1 bilhão	9	12%	19.990,00	63%
Todas	73	100%	31.566,60	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da base compatibilizada.

Dentre as empresas que realizaram maiores investimentos no Brasil, a State Power Investment Corporation (SPIC) é a que mais se destaca, com 3 investimentos em Eletricidade e Gás, que somam US\$ 7,7 bilhões, além de um investimento de US\$ 3,5 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizado em 2021. Em seguida, a State Grid Corporation of China (SGCC), com 2 investimentos também em Eletricidade e Gás, que somam US\$ 4 bilhões. Em terceiro lugar, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), com 2 investimentos na Indústria Extrativa de Petróleo e Gás Natural, que somam US\$ 3,8 bilhões. Esses dados reforçam o caráter concentrado dos investimentos chineses em empreendimentos intensivos em capital.

A concentração também é notada na distribuição dos investimentos por setores econômicos. O setor que atraiu o maior montante de IED chinês foi o industrial (81%), seguido a uma grande distância do setor de serviços (14%) e do setor agropecuário (4%). Analisando pela ótica do número de projetos, a concentração no setor industrial se reduz, mas ainda é elevada: 63% dos projetos foram realizados na indústria, 33% no setor de serviços e 4% na agropecuária.

Ao descer a análise em um dígito da CNAE 2.0 (seção), essa concentração se mantém. Dentro da indústria, 46% do montante total investido está concentrado na seção de eletricidade e gás, enquanto as

⁵Duas transações não contém informação de valor, por isso aparecem como "N/A". São elas: Investimento da Accenture plc na Concrete Solutions e investimento do Manbang Group na TruckPad Tecnologia e Logística.

seções indústrias de transformação e indústrias extrativas abrangem 20% e 15%, respectivamente. Desagregando em mais um dígito da CNAE 2.0, até “divisão”, observa-se que, apesar da seção eletricidade e gás conter apenas uma divisão, o que mantém o montante concentrado, a indústria de transformação possui uma distribuição equilibrada. Além de eletricidade e gás, outras divisões com destaque no setor industrial são a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, a extração de minerais metálicos e a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis.

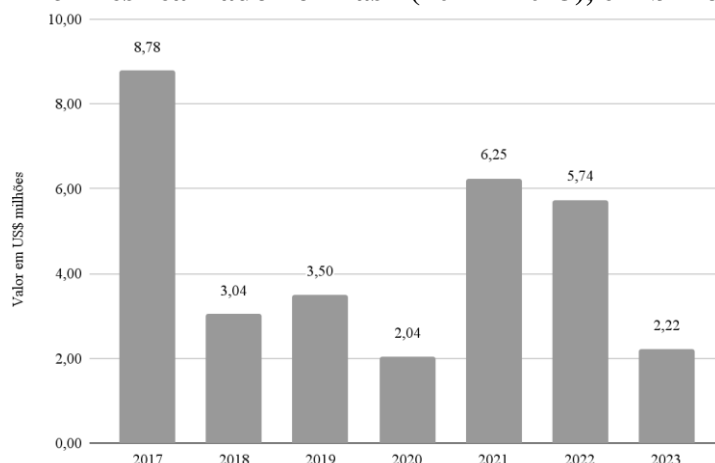
Em síntese, o volume do investimento chinês no Brasil entre 2017 e 2023 decorre de um número restrito de operações de F&A de alto valor, promovidas por poucas empresas, concentradas em um número limitado de setores. Esse padrão reflete, em grande medida, os empreendimentos de grandes corporações chinesas, como a SPIC, a State Grid Corporation of China (SGCC) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), em suas áreas específicas de atuação. No entanto, também se observou a entrada de diversas outras empresas chinesas no Brasil, ainda que com investimentos de menor valor, em setores variados, que incluem desde a Indústria de Transformação até diferentes segmentos de serviços.

4.2 Análise da evolução da dinâmica do IED chinês no Brasil

Nesta subseção, será feita uma análise da evolução temporal dos investimentos estrangeiros diretos chineses no Brasil, possibilitando a compreensão das tendências de curto e médio prazo e a percepção de algumas transformações na estratégia de internacionalização da produção chinesa. Optou-se por analisar a evolução em três períodos: 2017-2018, 2019-2021 e 2022-2023. Esse método foi adotado para reduzir erros na alocação temporal do IED, porque alguns investimentos podem ser anunciados em determinado ano e realizados em outros, fazendo com que algumas transações sejam indicadas com anos diferentes entre as bases de dados utilizadas.

O Gráfico 8 apresenta os valores anuais de IED chinês que foram realizados no Brasil entre 2017 e 2023, revelando como os ambientes interno e externo impactaram na dinâmica do IED chinês. Em 2017, o Brasil recebeu um alto montante de investimentos chineses de US\$ 8,8 bilhões - contrastando com a redução dos investimentos chineses globais naquele ano, resultado de um controle mais rígido por parte do governo chinês sobre a saída de capitais (HUANG; XIA, 2018). Nos anos subsequentes, os valores foram todos mais baixos do que no ano inicial do período analisado. Em 2018, uma queda acentuada de 65% levou o Brasil a atrair somente US\$ 3 bilhões, valor que se manteve praticamente estável em 2019. Essa queda esteve em linha com a redução de investimentos mundiais realizados pela China nesses anos. A diminuição de 42% em 2020, que fez o IED chinês no Brasil atingir US\$ 2 bilhões no ano, pode ser atribuída à pandemia da Covid-19, que fez a entrada global de IEDs despencar no Brasil. Em 2021, uma recuperação expressiva de 207% elevou o nível dos investimentos para US\$ 6,2 bilhões, sugerindo um reaquecimento do fluxo de capital chinês no Brasil, apesar de uma leve retração para US\$ 5,7 bilhões em 2022. Esse movimento esteve em linha com o aumento expressivo dos fluxos de IED chinês em 2021 e com a retração em 2022. Todavia, em 2023, os investimentos caíram para US\$ 2,2 bilhões, indicando uma nova desaceleração, consonante tanto com a queda de investimentos realizados pela China quanto com a queda de investimentos recebidos pelo Brasil.

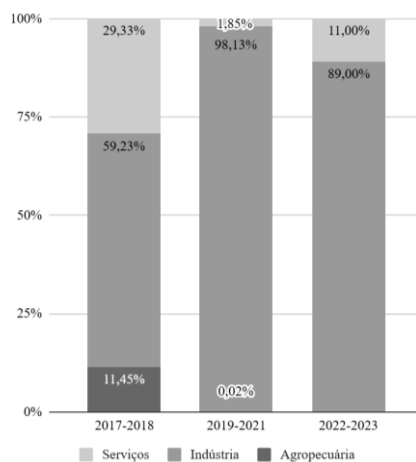
Gráfico 8 - Fluxo de IED chinês realizado no Brasil (2017 - 2023), em bilhões de dólares correntes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da versão compatibilizada da base de dados.

Em quase todos os anos do período analisado, destaca-se a forte participação da indústria na distribuição setorial do montante de investimentos chineses no Brasil, majoritária em todos os biênios, como mostra o Gráfico 9. Essa elevada participação ocorre porque eletricidade e gás estão incluídos na indústria, conforme será visto adiante. O setor de serviços foi menos expressivo do que o industrial, mas ainda presente, mesmo que de forma intermitente. Por outro lado, o setor agropecuário apresentou uma participação limitada, sendo relevante apenas em 2017-2018, quando atraiu 11% dos investimentos. Observando a distribuição setorial sob a ótica da quantidade, a concentração no setor industrial se reduz, dividindo espaço com o setor de serviços, apesar da indústria continuar atraindo a maior parte dos investimentos em todos os biênios analisados. Essa modificação ocorre porque a média de valor das transações é 3 vezes maior.

Gráfico 9 - Distribuição percentual do IED chinês realizado no Brasil por setor (2017 - 2023)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da versão compatibilizada da base de dados.

A análise da distribuição dos investimentos por grandes setores é relevante, mas, isoladamente, não permite identificar de forma mais detalhada os interesses específicos da China no Brasil. Por isso, é fundamental aprofundar a análise para os níveis de seção e divisão, o que é viabilizado pela classificação dos IEDs com base na CNAE 2.0.

Em 2017 e 2018, a seção eletricidade e gás no Brasil atraiu metade do valor total dos investimentos chineses no período, conforme mostra a Tabela 4. Esse percentual foi composto por dois grandes investimentos. O maior deles, no valor de US\$ 3,4 bilhões, foi realizado pela State Grid Corporation of China (SGCC), que assumiu o controle acionário de aproximadamente 80% da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Energia). O segundo foi realizado pela State Power Investment Corporation (SPIC), que adquiriu por cerca de US\$ 2,3 bilhões o controle da usina hidrelétrica de São Simão, anteriormente

operada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). A outra metade do valor dos investimentos foi pulverizada em diferentes seções. Destacam-se os investimentos em transporte, armazenagem e correio, com 15%, as indústrias de transformação, com 9%, e o setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 8%. Além das citadas, os 14% restantes foram divididos entre 6 diferentes seções. Essa distribuição reflete a diversificação parcial dos interesses chineses no Brasil em 2017-2018, ainda que concentrados em eletricidade e gás.

Entre 2019 e 2021, a indústria extrativa apareceu como a principal receptora no Brasil de investimento chinês. Pouco mais da metade do valor dos investimentos dessa indústria estiveram associados à extração de petróleo e gás, com venda de 10% da participação da Petrobras no campo de Búzios para a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), pelo valor de US\$ 3,8 bilhões. Esse interesse no setor petrolífero pode ser explicado, em parte, pelo notório potencial geológico nas áreas ofertadas, pelos incentivos para parcerias decorrentes da desalavancagem financeira da Petrobras e pela flexibilização das regras de conteúdo local a partir de 2017 (Zana, 2023). A outra metade foi direcionada à atividade de mineração. Paralelamente, a participação da indústria de transformação (7%) manteve-se estável em relação ao período anterior, mas o setor de serviços perdeu participação, com apenas 2%, que foram destinados à seção de transporte, armazenagem e correio. Observa-se, portanto, que a diversificação parcial das prioridades chinesas no Brasil foi reconfigurada e os investimentos concentraram-se em atividades vinculadas a recursos naturais e energia, novamente realçando a estratégia chinesa de segurança energética e busca estratégica por recursos naturais.

No período 2022-2023, a indústria de eletricidade e gás voltou a ser o mais relevante destino dos investimentos chineses no Brasil, devido ao investimento de US\$ 3,8 bilhões da State Power Investment Corporation (SPIC) em dois projetos de geração de energia solar da Canadian Solar (RODRIGUES, 2022). Além disso, observou-se a ascensão da indústria de transformação, impulsionada principalmente pela entrada de montadoras com intenção de produzir carros elétricos - A Great Wall Motor (GWM) comprou por US\$ 1,8 bilhões a fábrica da Mercedes-Benz e a BYD Auto Co. investiu US\$ 620 milhões em um complexo industrial. A participação do comércio deveu-se totalmente ao investimento de US\$ 800 milhões realizado pela Huawei, que, embora seja globalmente reconhecida pela produção de dispositivos eletrônicos, tem sua operação no Brasil voltada para atividades comerciais.

Tabela 4 - IED chinês realizado no Brasil (2017 - 2023) segundo seções da CNAE 2.0

Seção CNAE 2.0	Quantidade						Valor (em US\$ milhões)					
	2017-2018		2019-2021		2022-2023		2017-2018		2019-2021		2022-2023	
Indústria	18	49%	16	73%	12	86%	7.002	59%	11.567	98%	7.083	89%
Eletricidade e gás	4	11%	6	27%	3	21%	5.945	50%	4.353	37%	4.218	53%
Indústrias de transformação	14	38%	5	23%	9	64%	1.057	9%	783	7%	2.865	36%
Indústrias extrativas	0	0%	5	23%	0	0%	0	0%	6.431	55%	0	0%
Serviços	17	46%	5	23%	2	14%	3.467	29%	218	2%	875	11%
Transporte, armazenagem e correio	5	14%	1	5%	0	0%	1.733	15%	207	2%	0	0%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3	8%	2	9%	1	7%	997	8%	8	0%	800	10%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3	8%	0	0%	0	0%	234	2%	0	0%	0	0%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	3%	0	0%	0	0%	200	2%	0	0%	0	0%

Atividades administrativas e serviços complementares	1	3%	0	0%	0	0%	140	1%	0	0%	0	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1	3%	1	5%	1	7%	100	1%	4	0%	75	1%
Alojamento e alimentação	2	5%	0	0%	0	0%	62	1%	0	0%	0	0%
Informação e comunicação	1	3%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Agropecuária	2	5%	1	5%	0	0%	1.353	11%	2	0%	0	0%
Total	37	100%	22	100%	14	100%	11.821	100%	11.787	100%	7.959	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da versão compatibilizada da base de dados.

A análise do setor industrial desagregado no nível de dois dígitos (divisão) confirma os resultados encontrados anteriormente: elevada participação do setor de eletricidade e gás em todos os períodos; investimentos da indústria extrativa em 2019-2021 divididos entre mineração e extração de petróleo e gás; aumento da participação do setor automotivo em 2022-2023⁶. A Tabela 5 revela que o ingresso do capital chinês se deu, em todos os intervalos de tempo analisados, principalmente por meio de F&A. Apesar do percentual ter reduzido de 86% em 2017-2018 para 60% em 2019-2021, em 2022-2023 a concentração no modo de ingresso F&A novamente atingiu um patamar elevado, de 79%. Embora em menor proporção, essa tendência também se confirma quando a análise é realizada com base na quantidade de investimentos.

Tabela 5 - IED chinês realizado no Brasil (2017 - 2023) por modo de ingresso

Tipo	Quantidade						Valor (em US\$ milhões)					
	2017-2018		2019-2021		2022-2023		2017-2018		2019-2021		2022-2023	
Novo	11	30%	8	36%	6	43%	884	7%	2.674	23%	1.664	21%
JV	5	14%	3	14%	1	7%	809	7%	2.026	17%	10	0%
F&A	21	57%	11	50%	7	50%	10.128	86%	7.087	60%	6.285	79%
Total	37	100%	22	100%	14	100%	11.821	100%	11.787	100%	7.959	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da versão compatibilizada da base de dados.

A trajetória recente dos investimentos diretos chineses no Brasil é marcada por cinco características principais. Primeiro, destaca-se o comportamento oscilatório dos IEDs chineses no Brasil, com períodos de elevado crescimento seguidos de fortes retrações, influenciados por fatores como as políticas chinesas de controle de capitais e a pandemia da Covid-19. Segundo, observa-se um aumento da concentração dos investimentos no setor industrial ao longo do período analisado, em detrimento do setor de serviços. Terceiro, o setor de eletricidade e gás manteve-se como um dos mais importantes em todos os períodos. Quarto, nos dois últimos anos (2022-2023), os investimentos no setor automotivo têm aumentado, indicando a possibilidade do Brasil se tornar um país importante na estratégia de produção de carros híbridos e elétricos da China. Quinto, embora o modo de entrada principal tenha sido F&A em todos os períodos, nota-se uma leve redução na proporção desse tipo de investimento em 2019-2021. Essas cinco características sugerem uma estratégia chinesa crescentemente voltada para a segurança energética, busca por recursos naturais e transferência tecnológica em setores como extração de petróleo e veículos elétricos.

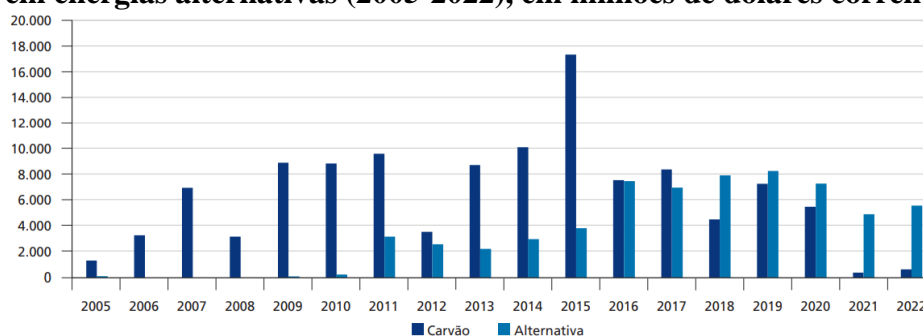
⁶ O setor de serviços, por sua vez, já é consideravelmente pulverizado na desagregação por seção, contendo 8 seções diferentes, de modo que a análise dos dados pela divisão não apresenta tendências, apenas específica em qual setor o investimento foi realizado.

4.3 Investimentos verdes e segurança energética chinesa: o papel do Brasil na reconfiguração das estratégias de IDE chinês

A transição energética ganhou grande relevância após o Acordo de Paris de 2015, que estabeleceu a meta de limitar o aumento da temperatura global a 2°C em relação aos níveis pré-industriais. Desde então, os esforços globais têm se intensificado, com diversas regiões, como a União Europeia (UE), definindo metas para alcançar uma economia de baixo carbono até 2050. Um dos desafios dessa transição é a matriz energética e elétrica de cada país, que precisa deixar de ser intensiva em carvão e outros materiais fósseis, reduzindo as emissões de CO_2 e outros gases de efeito estufa (GEE) (Arbache, 2024).

Nesse contexto, desde 2010, a China vem realizando investimentos direcionados a setores de energia limpa no Brasil, conforme mostra o Gráfico 10. O primeiro grande investimento no setor elétrico foi realizado pela State Grid Corporation of China (SGCC), que adquiriu, por cerca de US\$ 1,7 bilhões, ativos de transmissão de energia elétrica da Plena Transmissoras. Posteriormente, a State Grid fez uma série de outros investimentos no setor de energia elétrica, seguida da China Three Gorges (CTG), da State Power Investment Corporation (SPIC), da China General Nuclear Power Group (CGN) e da Power Construction Corporation of China (PowerChina).

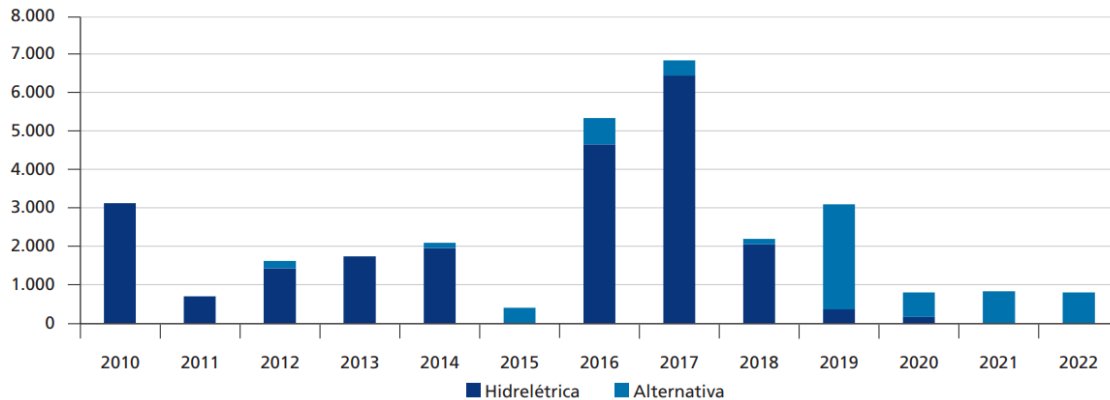
Gráfico 10 - IED chinês e contratos de construção obtidos por empresas chinesas no setor de carvão e em energias alternativas (2005-2022), em milhões de dólares correntes



Fonte: BEPI IPEA (2023), com base em dados do CGIT.

Esses investimentos em energias renováveis, depois de 2016, não se concentraram em ativos relacionados à energia hidrelétrica, majoritariamente do tipo F&A, mas foram direcionados para usinas solares e eólicas, em maior parte na modalidade *greenfield*. O estudo do IPEA (2023) mostra que o envolvimento chinês no setor de energias renováveis não convencionais se intensificou desde o lançamento da *BRI International Green Development Coalition* em 2019, levando a China a dominar 75% da capacidade produtiva global de módulos solares e a deter mais de 80% de participação em todos os estágios de fabricação de painéis fotovoltaicos em 2021 (IEA, 2022). Esse acelerado processo de desenvolvimento dos setores de energia eólica e solar, associado aos incentivos governamentais, levou as empresas chinesas a canalizarem maior parte do IED destinado ao setor de energia na América Latina em fontes solares e eólicas, como exhibe o Gráfico 11.

Gráfico 11 - IED chinês e contratos de construção obtidos por empresas chinesas em energia hidrelétrica e energias alternativas na América Latina (2010-2022) - milhões de dólares correntes



Fonte: BEPI IPEA (2023), com base em dados do CGIT.

O movimento chinês de expandir investimentos no setor brasileiro de energias limpas está associado à estratégia global da China, que se projeta como um dos principais países no desenvolvimento de tecnologias verdes voltadas à redução das emissões de GEE (UNCTAD, 2023)⁷. Além dos investimentos em energias renováveis, empresas montadoras de carros híbridos, veículos alimentados por biocombustíveis e energia elétrica em alternativa aos combustíveis fósseis, como a BYD, começaram a investir de maneira mais intensiva na produção e comercialização de seus carros no Brasil a partir de 2022.

O crescimento nos chamadas “investimentos verdes” evidenciam uma mudança de estratégia da China, colocando ênfase no enfrentamento às mudanças climáticas, alinhado à meta de alcançar a neutralidade de carbono até 2060, anunciada por Xi Jinping na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2020. Nesse cenário, o Brasil aparece como um parceiro estratégico em potencial, porque sua matriz energética e elétrica são as mais limpas dentre os países do G20, possui abundância de recursos hídricos, considerável capacidade de desenvolver um mercado de carbono, amplas reservas de minerais essenciais para a transição energética e uma posição geográfica vantajosa, distante de conflitos geopolíticos atuais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia e os confrontos no Oriente Médio.

Nesse debate, o termo “*powershoring*” surge como uma possível resposta. O termo faz referência à estratégia de empresas que localizam sua produção em regiões com abundância de energia limpa e próximas de grandes centros de consumo. O objetivo é conseguir produzir e exportar bens de forma menos nociva ao meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais e políticos provenientes de investimentos em combustíveis fósseis.

Outro importante aspecto desse debate é a guerra comercial/tecnológica entre China e Estados Unidos (e em menor amplitude entre China e União Europeia). Nesse sentido, é possível, também, que o crescente investimento da China no setor de energia limpa em países em desenvolvimento, como o Brasil, seja uma resposta às tentativas de restrições dos EUA e da UE aos produtos chineses? White e Sandlund, (2024) chamam a atenção para o fato de que enquanto os governos norte americano e europeu criticam a política industrial de Pequim e tentam dificultar a difusão de produtos chineses em seus territórios, o fluxo de investimentos chineses em países como Brasil, Tailândia e Indonésia⁸ tem se expandido, fortalecendo novos polos industriais fora dos mercados ocidentais tradicionais. Dessa forma, o aumento de investimentos em tecnologias limpas e em países em desenvolvimento podem ser vistos como formas da China adaptar seu perfil geográfico e setorial de IED e fazer frente às tensões comerciais com EUA e UE.

A eleição de Donald Trump em novembro de 2024, com seus discursos protecionistas e ameaças de políticas agressivas, especialmente contra a China, adiciona mais um capítulo a essa guerra comercial.

⁷A transição para uma economia de baixo carbono envolve a chamada “*twin transition*”, isto é, refere-se aos processos interconectados e simultâneos de transformação digital e redução das emissões de GEE.

⁸Aiyar et al. (2023) argumentam que as firmas e os *policymakers* estão cada vez mais buscando uma estratégia *friend-shoring*, *nearshoring* e *reshoring* para tornar as cadeias produtivas menos vulneráveis às tensões geopolíticas. As recentes políticas industriais implementadas pelos principais países, como o CHIPS and Science Act (2022) e Inflation Reduction Act (IRA, 2022), nos EUA, o European Green Deal (2019), na União Europeia, e o Made in China 2025 (2015), na China, para fortalecer os setores estratégicos de produção nacional sugerem que uma mudança nos fluxos de capitais internacionais está sendo incentivada.

Sob o comando de Trump, os EUA podem intensificar tarifas e barreiras comerciais contra produtos chineses, além de pressionar aliados a adotarem uma postura mais rígida em relação à China. Em paralelo, o Brasil, que tem a China como principal parceiro comercial e os EUA como segundo, é sondado pela China sobre a adesão ao acordo Brasil-China. Segundo a matéria “*Lula’s Embrace of Xi Sets Up a Clash Over Trump’s China Policy*”, publicada pela *Bloomberg* em novembro de 2024, esse tema gerou controvérsias nos EUA mesmo antes da vitória de Trump nas eleições (Iglesias *et al*, 2024). O governo Biden, por exemplo, expressou preocupações com uma possível aproximação entre Brasil e China, e alertou o Brasil dos riscos do envolvimento no programa de infraestrutura “*Belt and Road*”, liderado por Xi Jinping. Os impactos da eleição americana sobre as relações sino-brasileiras serão mais um menos agressivos na medida em que Trump for mais ou menos agressivo ao exigir que seus aliados estejam dispostos a romper com Pequim.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo é analisar as principais características da trajetória do IED chinês no Brasil entre 2017 e 2023, a partir do esforço de compatibilizar diferentes bases de dados. Essa compatibilização é importante na medida em que permite superar algumas limitações das bases de dados oficiais, como o alto nível de agregação e a distorção geográfica por causa das práticas de *trans-shipping* e *round-tripping*, permitindo uma análise mais acurada sobre o padrão de IED chinês no Brasil. O estudo contribuiu em três frentes para a literatura: i. por meio da compatibilização de bases de dados públicas; ii. verificando uma mudança no padrão de IED chinês no Brasil na direção de investimentos em energias de baixo carbono (energia eólica e solar) e carros híbridos e/ou elétricos; iii. apontou para a possibilidade desses IEDs reforçarem a vantagem de *powershoring* do país.

A análise da trajetória dos IED chineses no Brasil no período de 2017 a 2023, decorrente da compatibilização das bases públicas, revelou que esses investimentos, embora somem um alto montante de US\$ 31,6 bilhões e representem aproximadamente 34% de todo o IED chinês destinado à América Latina no período, são consideravelmente concentrados setorialmente, especificamente no setor de eletricidade e gás. Em relação ao modo de ingresso, são majoritariamente do tipo F&A, isto é, do tipo *brownfield*. Apesar dessa concentração, os dados mostraram que houve um ímpeto de diversificação em alguns anos, como em 2017-2018, em que o setor de serviços experimentou investimentos, embora de baixo valor monetário, em diversas seções. Todavia, esse ímpeto de diversificação não foi suficientemente forte para ser caracterizado como uma tendência.

O setor de energia, em particular, consolidou-se como o principal destino do capital chinês entre 2017 e 2023, refletindo o alinhamento às prioridades da China em garantir segurança energética e ampliar sua liderança em tecnologias de baixo carbono. Essa concentração pode ser atribuída, também, à abundância de recursos naturais e renováveis no Brasil. Por outro lado, os investimentos na indústria extrativa foram reduzidos. Dois setores que ganharam relevância nos últimos anos do período analisado foram o automotivo e o de energias renováveis, com a entrada de montadoras e empresas do setor de energia no Brasil para produzir e comercializar carros híbridos e elétricos, além da produção de componentes de painéis solares e turbinas eólicas. Nesse contexto, entra em cena o conceito de *powershoring*.

No plano geopolítico, as tensões comerciais entre China e Estados Unidos, intensificadas pela reeleição de Donald Trump em 2024, bem como as mudanças nas políticas comerciais da União Europeia, ameaçam reconfigurar os fluxos de investimento chinês global. Nesse contexto, por um lado, o Brasil pode emergir como um destino estratégico para o capital chinês, sobretudo como alternativa às restrições enfrentadas em mercados tradicionais. Por outro, o país deve se preocupar com as possíveis sanções que uma recusa em se afastar da órbita chinesa pode causar.

Um aspecto insólito a ser abordado de maneira mais profunda em estudos futuros está relacionado à distribuição geográfica do IED chinês no Brasil, majoritariamente concentrado no Sudeste, mas com casos notáveis no Nordeste. Embora não seja o foco do trabalho, ele abre caminho para questionamentos relevantes que podem ser explorados em estudos posteriores, como: em que medida o padrão de IED chinês reforça a concentração ou a descentralização industrial brasileira; se existem possíveis interligações regionais entre esses investimentos; e qual o impacto os IEDs chineses possuem no desenvolvimento regional das cidades receptoras.

Outro fator que deixa espaço para desdobramentos futuros é o referente à metodologia de compatibilização das bases de dados. Este estudo, dentro das limitações dos recursos disponíveis, representou um avanço na metodologia de análise dos dados do IED chinês no Brasil na tentativa de compatibilização parcial das bases de dados públicas sobre o tema. Contudo, evidenciou o fato de que as informações sobre IED chinês frequentemente apresentam incertezas quanto aos valores efetivamente investidos, aos prazos de desembolso e às alterações nos projetos ao longo do tempo, tornando a tarefa de mensuração uma atividade desafiadora. Assim, essas limitações metodológicas devem ser alvo de estudos futuros, visando aprimorar continuamente a análise dos dados sobre investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

Por fim, a trajetória do IED chinês no Brasil demonstra que essa relação se torna cada vez mais estratégica no cenário econômico global. Além disso, a análise não apenas amplia o entendimento sobre os padrões de investimento, mas levanta discussões importantes para políticas públicas e estratégias empresariais que promovam um desenvolvimento econômico mais integrado e sustentável.

Referências bibliográficas

- ARBACHE, J. **O powershoring como pilar da sustentabilidade nas relações Brasil-China**. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil China, 2024. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2024/06/20/o-powershoring-como-pilar-da-sustentabilidade-nas-relacoes-brasil-china/#>. Acesso em 15 nov. 2024.
- Banco Central do Brasil. **Relatório de Investimento Direto no País 2018**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoce/port/relatorioidp2016.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.
- AIYAR, S.; MALACRINO, D.; PRESBITERO, A. Investing in friends: The role of geopolitical alignment in FDI flows. **European Journal of Political Economy**, v. 83, p. 102 - 508, 2024.
- BUCKLEY, P; CROSS, A; TAN, H; et al. Historic and Emergent Trends in Chinese Outward Direct Investment. **Management International Review**, [s.l.], v. 48, p. 715–748, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40658290>. Acesso em 21 set. 2024.
- CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970. São Paulo: UNESP, 2007.
- CARIELLO, T. **Investimentos Chineses no Brasil: Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: CEBC, 2022. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 5 out. 2024.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: A Economia Brasileira no Último Quarto do Século XX**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CURADO, M.; CRUZ, M. Investimento Direto Externo e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 12, p. 399–431, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/3v9b8z5GydfH3tbRNjdcSwS/>. Acesso em 12 out. 2024.
- CEPAL. **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2021**. Santiago: United Nations ECLAC, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/47148-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2021>. Acesso em: 12 out. 2024.
- GARCIA, A. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: Arranjos Institucionais, Atores e Impactos. **Revista Tempo do Mundo**, [s.l.], v22, p. 149-174. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13446>. Acesso em: 12 out. 2024.
- HOEKMAN, B. **The Global Trade Slowdown: A New Normal?**. Paris: CEPR Press, 2015. Disponível em: <https://cepr.org/publications/books-and-reports/global-trade-slowdown-new-normal>. Acesso em: 07 fev. 2025.
- HUANG, B; XIA, L. **ODI from the Middle Kingdom: What's next after the big turnaround?** Bilbao: BBVA Research, 2018. Disponível em: https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2018/02/201802_ChinaWatch_China-Outward-Investment_EDI.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n35. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12205>. Acesso em 27 nov. 2024.

International Energy Agency. **Global CO2 emissions rebounded to their highest level in history in 2021**. IEA, 2022. Disponível em: <https://www.iea.org/news/global-co2-emissions-rebounded-to-their-highest-level-in-history-in-2021>. Acesso em: 27 nov. 2024.

KUPFER, D.; FREITAS, F. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, Anna. (ed.). **Direction Of Chinese Global Investments: Implications For Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 215-266.

KUPFER, D. A Indústria Brasileira Após 10 Anos de Liberalização Econômica. In: **Seminário Brasil em Desenvolvimento**. 2003.

LI, Z; GALLAGHER, K; MAUZERALL, D. Estimating Chinese Foreign Investment in the Electric Power Sector. **Global China Initiative**. v. 03, 2018.

RODRIGUES, R. **Spic compra controle de usinas da Canadian e entra no setor solar**. Valor Econômico, 02 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/06/02/spic-compra-controle-de-usinas-da-canadian-e-entra-no-setor-solar.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2024.

United Nations Conference on Trade and Development. **Prospects for Foreign Direct Investment and the Strategies of Transnational Corporations**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2005. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Investing in a low-carbon economy**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2010. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Non-equity modes of international production and development**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2011. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Towards a New Generation of Investment Policies**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2012. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Global Value Chains: Investment and Trade for Development**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2013. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Investing in the SDGs: An Action Plan**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2014. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Reforming International Investment Governance**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2015. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Investor Nationality: Policy Challenges**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2016. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Investment and the Digital Economy**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2017. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Investment and New Industrial Policies**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2018. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Special Economic Zones**. Genebra: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2019. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **International Production Beyond the Pandemic**. Geneva: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2020. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

United Nations Conference on Trade and Development. **Opening Green Windows: Technological opportunities for a low-carbon world**. Geneva: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2023. Disponível em: <https://unctad.org/publication/technology-and-innovation-report-2023>.

United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2024: Investment Facilitation and Digital Government**. Geneva: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>. Acesso em 12 out. 2024.

ZANA, E. **Na Teia da China**: Inserção da Indústria de Petróleo Brasileira nas Redes de Inovação e Internacionalização das Petrolíferas Chinesas na Era da Indústria 4.0. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2023/ZANA_ER_TESE_DOUTORADO_NA_TEIA_DA_CHINA_29_MAIO_2023_POS_BANCA_FINAL.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.